



SENADO FEDERAL
GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia os seguintes esclarecimentos sobre a real situação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA).

1. Auditores do Tribunal de Contas da União, em relatório apresentado em novembro de 2015, diante das dificuldades financeiras e administrativas da estatal, alertaram que “há sérios riscos de se comprometer ou até inviabilizar a realização de importantes tarefas técnicas, tais como: a) interpretação sísmica e modelagem geológica; b) construção de modelos estáticos e dinâmicos para simulação de fluxo em reservatórios petrolíferos; c) análise de dados de perfuração de poços e de desempenho petrofísica; d) testes de modelagem de escoamento.” Há alguma dificuldade econômica, financeira ou administrativa que impeça a PPSA de exercer essas ou outras atividades para as quais foi criada?
2. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, que criou a empresa, vem acompanhado de um Estatuto que enumera as fontes de recursos da estatal. Dentre estas fontes, podemos citar as rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha e as rendas provenientes da gestão dos contratos que celebrar. O Relatório da Administração da empresa para 2014 já afirmava que *Especificamente, a PPSA tem atuado nos seguintes contratos: Contratos de Partilha de Libra; Excedentes da Cessão Onerosa de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu/N-S Sururu/N-S Berbigão; Acordos de Individualizações da Produção de Gato do Mato, Carcará, Epitonium, Tartaruga Mestiça, Lula e Sul de Lula, Sapinhoá, Carapeba, Caxaréu, Pirambu e Massa e 9 casos adicionais conhecidos, com início de negociação dependente de solicitação pela ANP.* As receitas relativas a esses contratos vêm sendo efetivamente recebidas pela PPSA,





SENADO FEDERAL
GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

ou vêm sofrendo algum tipo de contingenciamento? As receitas recebidas pela PPSA atualmente são suficientes para que a empresa cumpra as suas atribuições?

3. Segundo o relatório da Administração da Empresa, para 2014, *no segundo semestre, não se confirmou o recebimento de receita operacional, que se faria por intermédio do repasse, pela União, dos R\$ 50 milhões relativos ao bônus do Prospecto de Libra, cujo ingresso em cinco parcelas mensais de R\$ 10 milhões fora previsto no Programa de Dispêndios Globais - PDG 2014. A realização orçamentária do ano foi de R\$20 milhões, correspondendo a 48% do orçamento aprovado, em virtude da necessidade de a Companhia otimizar os recursos existentes, diante da perspectiva do não recebimento no semestre do bônus de Libra, o que acabou se confirmando. A Medida Provisória nº 666, de 30 de dezembro, aprovou recursos orçamentários da União relativos ao bônus do leilão de Libra, o que permitirá o seu pagamento, em favor da PPSA, durante o exercício de 2015. O pagamento em favor da PPSA já foi realizado? Em caso negativo, por qual motivo?*
4. O mesmo relatório menciona que a PPSA se articulou com o Ministério de Minas e Energia para elaborar o Contrato de Remuneração, instrumento que define as condições mediante as quais a empresa será remunerada pela gestão dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural da União, bem como pela representação da União nos acordos de individualização da produção. A esse respeito, o relatório do TCU, de novembro de 2015, fez dois importantes alertas. O primeiro é o de que: *é perceptível o baixo envolvimento do MME na formação e no fortalecimento da atuação da PPSA. A título de exemplo, cabe citar que o marco normativo que permite a obtenção da principal fonte de receita da companhia, decorrente da remuneração a ser percebida do MME pelo desempenho de suas atribuições, ainda não foi formalizada pela assinatura de contrato de remuneração a ser celebrado entre o*





SENADO FEDERAL
GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

MMA e a empresa. O segundo alerta é o de que: a inexistência de um instrumento formal que assegure a retribuição da PPSA pela gestão dos contratos de partilha de produção e de comercialização compromete a sustentabilidade operacional da empresa, além de prejudicar seu planejamento e administração financeira. Por que o Contrato de Remuneração ainda não foi firmado, passados mais de dois anos da criação da empresa?

5. O relatório do Conselho de Administração conclui afirmando que: *Em função do não registro de receitas operacionais, a Companhia apurou um prejuízo de R\$19,8 milhões no exercício de 2014, que, juntamente com o prejuízo apurado em 2013, totalizou um prejuízo acumulado de R\$20,3 milhões. Dos R\$ 50 milhões previstos para subscrição e integralização de capital pelo Acionista, em agosto foram recebidos R\$ 2 milhões que vieram se juntar aos R\$15 milhões que deram curso à constituição da Companhia, em novembro de 2013. Até dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado era de R\$17 milhões, restando R\$33 milhões a integralizar, dos quais R\$18 milhões estão orçados para 2015, no orçamento fiscal e da seguridade do Governo Federal. Que pagamentos foram feitos em 2015? Quando haverá a integralização do restante do Capital Social da PPSA? Por que o Capital Social da PPSA ainda não foi totalmente integralizado? Qual o plano para reverter o quadro econômico adverso da PPSA?*

JUSTIFICAÇÃO

A PPSA foi criada em agosto de 2013 em meio a enormes expectativas. A Presidente da República anunciou que a nova estatal iria gerir a riqueza do pré-sal e garantir, para o futuro, uma massa de recursos jamais imaginada para a educação e a saúde. A empresa foi incumbida de enormes responsabilidades: gerir e maximizar o resultado econômico dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e



SF/16725.66925-50



SENADO FEDERAL

GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

Energia, bem como dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União. Caberia a ela a gestão dos contratos de partilha, controle dos custos e das operações de exploração e produção de todo petróleo extraído da camada pré-sal.

Foram-lhe assegurados também importantes recursos: rendas provenientes da gestão dos contratos de partilha de produção e dos demais contratos que celebrar com os agentes comercializadores de petróleo e gás natural da União. Mas a empresa não vem recebendo as receitas prometidas. Dos R\$ 50 milhões previstos para subscrição e integralização de capital pelo Acionista, até dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado era de apenas R\$17 milhões. E as receitas devidas pela gestão dos contratos não vêm sendo repassadas por falta de assinatura de um Contrato de Remuneração com o Ministério de Minas e Energia.

O resultado é que a PPSA enfrenta graves dificuldades, a ponto de ter sido alvo de matéria jornalística intitulada “Já é Ruína”, publicada no O Globo no dia 5 de janeiro. José Casado, o autor, afirma que a estatal “mal começou e já está sucateada. Tem 15 empregados, acumula prejuízos e patrimônio líquido negativo. Sem dinheiro, atravessou 2015 sobrevivendo da caridade privada. Fornecedores cederam-lhe licenças temporárias gratuitas de *software*.”

Não obstante serem notórias as graves dificuldades enfrentadas pelo setor de petróleo, é estarrecedor receber denúncias de que a empresa está sucateada e dependendo de caridade privada. A surpresa é ainda maior quando se compara esse quadro com o cenário promissor descrito no relatório da administração da empresa para o ano de 2014.

Diz o relatório:

A formação do corpo gerencial encontra-se praticamente concluída. No final de 2014 o quadro era ocupado por 27 profissionais de reconhecida experiência e competência técnica no setor de petróleo, como parte das 30 posições de livre provimento outorgadas à Companhia no efetivo total de 180 pessoas.

Ao longo de 2014, as ações da PPSA tiveram como focos principais a gestão do contrato de partilha da produção de Libra e as





SENADO FEDERAL

GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

negociações de acordos de individualização da produção em áreas não contratadas do polígono do pré-sal. Adicionalmente, a PPSA esteve envolvida nas negociações dos futuros contratos dos volumes excedentes da cessão onerosa, que se espera sejam celebrados em 2015. Especificamente, a PPSA tem atuado nos seguintes contratos: Contratos de Partilha de Libra; Excedentes da Cessão Onerosa de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu/N-S Sururu/N-S Berbigão; Acordos de Individualizações da Produção de Gato do Mato, Carcará, Epitonium, Tartaruga Mestiça, Lula e Sul de Lula, Sapinhoá, Carapeba, Caxaréu, Pirambu e Massa.

É verdade que o relatório reconhece o prejuízo acumulado de R\$ 20,3 milhões nos exercícios de 2013 e 2014, em função do não recebimento de receitas relativas ao bônus do Prospecto de Libra e da não integralização da totalidade de seu Capital Social. Afirma, contudo, que a Medida Provisória nº 666, de 30 de dezembro de 2014, aprovou recursos orçamentários da União relativos ao bônus do leilão de Libra, o que permitiria o seu pagamento, em favor da PPSA, durante o exercício de 2015.

Conforme conclui o relatório do TCU de novembro de 2014, todas essas restrições geram um cenário futuro preocupante quando se observa a magnitude do objeto da operação da PPSA, bem como a destinação das receitas da União advindas de sua operação. Consoante o disposto no art. 46 da Lei 12.351/2010, referida receita deve ser destinada ao Fundo Social, criado pelo art. 47 da mesma Lei, e tem por finalidade constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento, em especial para a área de educação, representando uma das principais fontes de recursos de investimento do país para gerações futuras.

Diante desse quadro de grave desequilíbrio e de incerteza, é imprescindível esclarecer qual a verdadeira situação da empresa nesse início de 2016 e como o Poder Executivo pretende assegurar sua viabilidade econômico-financeira. Não se pode aceitar que uma estatal, criada para exercer atribuições supostamente indispensáveis ao país, seja mantida em





SENADO FEDERAL
GABINETE do Senador Aloysio Nunes Ferreira

situação de penúria, comprometendo as operações do setor de petróleo e gás e as receitas governamentais advindas da exploração desses recursos.

Sala das Sessões,

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA



SF/16725.66925-50